

## **Ata da primeira reunião da Comissão Permanente Anamatra Mulheres**

**05.12.2019**

Às 10:00h horas, do dia 05 de dezembro de 2019, na sede da Anamatra, reuniram-se, sob a presidência da juíza Noemia Porto, as seguintes integrantes da Comissão Permanente Anamatra Mulheres: Laura Botelho (Amatra 6/representante da Região Nordeste); Deizimar Oliveira (Amatra 23/representante da Região Centro-Oeste); Odaise Cristina Martins (Amatra 8/representante da região Norte); Patrícia Maeda (Amatra 15/representante da Região Sudeste); e Vanessa Sanches (Amatra 9/representante da Região Sul), com a finalidade de tratar dos temas detalhados a seguir.

Aberta a reunião, Noemia Porto, Presidente da Anamatra, cumprimentou as presentes e ressaltou a sua alegria com a criação da comissão permanente, destacando a importância da representatividade regional. As integrantes da Comissão Anamatra Mulheres se apresentaram. Noemia pontuou que a Anamatra faz parte do grupo de trabalho da Resolução nº 255, do CNJ, comprometendo-se a levar os aportes da comissão ao citado grupo. Em seguida, abordou a reunião realizada na Anamatra em dezembro de 2018, quando foram feitos encaminhamentos que partiram de ideias das lideranças associativas femininas presentes. Naquela ocasião, foram aprovadas, por unanimidade, diversas ementas e nem todas foram efetivamente trabalhadas, considerando o intervalo entre o término de uma gestão e o início de outra na Anamatra. A partir das ementas que estão arquivadas na Anamatra, idealizadas na reunião de lideranças associativas, vários temas foram discutidos. Noemia ressaltou que um painel do Conamat 2020, que se realizará em Porto de Galinhas, abordará a igualdade de gênero, diversidade e questões afins. A comissão científica tem procurado também observar a necessária distribuição dos nomes dos palestrantes e convidados entre homens e mulheres, na mesma proporção. No caso do Conamat, estaria na linha do que foi definido pelas lideranças na reunião de dezembro de 2018. Noemia, na mesma linha daquelas ementas, sugeriu a realização de um evento em março, durante o qual, dentre outros objetivos, poderão ser mapeados importantes temas que poderão constar em teses para apreciação no Conamat. Patrícia sugeriu a abertura de uma aba no site da Anamatra, com o link para o assunto “Anamatra Mulheres”, a fim de se tornar acessível o respectivo conteúdo aos interessados. Outra sugestão diz respeito à ausência de referência de gênero no PJE. Noemia

mencionou que essa questão já foi colocada e cabe, por ora, observar se o devido encaminhamento será feito para correção do Pje, permitindo-se a referência à pessoa da magistrada, da desembargadora. A partir de sugestão de Patrícia, restou encaminhado que a comissão deverá propor que o PJE tenha campos destinados à identificação de gênero e raça, permitindo traçar um cenário e que sejam levantados os dados. Isso será importante no futuro para estudos que possam se ocupar da temática e da produção de decisões judiciais. Pela via do Diretor de Informática, Marco Aurélio Treviso, que teve deferida a sua participação em todos os grupos que tratam de inteligência artificial, tecnologia, etc., no CNJ, a comissão demandará a identificação de gênero e raça na propositura das ações. Da mesma forma, ao diretor será renovada a necessidade que se atue para que seja viável a identificação de gênero dos magistrados/magistradas e servidores/servidoras. Odaise apresentou a sugestão de se realizar uma pesquisa de opinião/questionário com as magistradas. Noemia ressaltou que haverá a criação de App para consulta, captação de dados e que a experiência já foi realizada em relação aos portadores de deficiência e ao teletrabalho. Assim, o associado responderá à pesquisa pelo aplicativo. A partir de uma pesquisa a ser realizada, seria elaborada uma nota técnica. A Ajufe teve experiência similar. Laura falou do trabalho que fez na sexta região, quando realizou pesquisa com um grupo de magistradas com foco nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres na conciliação dos diversos papéis. Vanessa pontuou as dificuldades das mulheres em ocupar os espaços, eis que não há uma estrutura de compatibilização possível. Ressaltou que deveria haver um compromisso maior das administrações. Deizimar relatou que, no comitê do seu regional, solicitou que trinta por cento das capacitações que envolvessem gestão fossem preenchidas com mulheres. Patrícia sugeriu que as integrantes da comissão comesçassem a escrever, provocando o debate. Noemia destacou que o fato de a Anamatra dispor de assessoria de comunicação ajudará na elaboração de vídeos, cards e outros materiais para divulgação do trabalho da comissão e do evento de março. Na reunião da comissão temporária, no item “a”, sugeriu-se que a pesquisa seja mais ampla através do App. Há necessidade da redação de um formulário, sendo recomendável que a pesquisa não demande mais do que cinco minutos para o preenchimento, a fim de gerar um maior volume de participações. O formulário deve contemplar gênero, região, cargo, status na carreira, estrutura física para o trabalho, além de ter questões abertas, que possam revelar também um sentimento dos (as) participantes. Laura ficou de propor uma quesitação para a

pesquisa, devendo contar com a participação das demais integrantes da comissão. Noemia sugeriu que buscássemos pelos menos 500 respondentes. Após a captação dos dados, será feita uma minuta de nota técnica, a fim de ser divulgada no Conamat. Noemia também sugeriu uma identidade visual para o nosso Anamatra Mulheres. Sobre o encontro de março, há necessidade de definir o formato. Poderia ter colegas convidadas de outros segmentos: advocacia, Ministério Público, universidades, no estilo roda de conversas. Isso seria para o turno da manhã. À tarde, haveria oficinas e debates de determinados temas com as participantes. Além disso, as Amatras indicariam duas ou três pessoas. Foi deliberada a realização do evento no dia 19.03, das 10:00 às 18:00h. Pode haver a produção de “papers” e texto a partir das temáticas trabalhadas, com a colocação na mídia interna e externa. Também será solicitado que as Amatras tragam boas práticas para as discussões do turno da tarde. Noemia sugeriu ofício para o novo diretor ou diretora da Enamat, renovando a importância da formação continuada que aborde as questões de gênero. Luciana Conforti deverá levar a mesma demanda para o Conematra. Foi colocada para debate a demanda da colega Ananda TorresTostes, da 15ª Região. Ela propôs criar condições de trabalho mais justas para juízas substitutas móveis gestantes e lactantes. Ressaltou que já existem iniciativas importantes no Judiciário envolvendo servidoras, a exemplo do Programa de Assistência à Mãe Nutriz no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná, criado em setembro desse ano. Também a Lei 13. nº 363/2016 estabeleceu direitos e garantias para advogadas em tais condições. Destacou que não obteve notícia de regulamentação nacional ou regional que estabeleça regra mais favorável em designações para juízas gestantes e lactantes. Deizimar sugeriu que antes fosse feito um diagnóstico desse tema, o que será possível incluindo tema acerca da condição das magistradas gestantes e lactantes no mesmo questionário que já será realizado, conforme definido em linhas pretéritas. Após esse diagnóstico, renova-se o debate envolvendo possíveis medidas de equalização. Laura pontuou que na sexta região não existe a redistribuição de processos para as mães que entram em licença maternidade. Odaise aduziu que, na sua região, também não há previsão. As demais integrantes presentes mencionaram que nos seus regionais existe tal previsão. Laura sugeriu que fosse proposta a ausência de designação nos dias que antecedem o parto, o que já ocorreu em gestão anterior da Corregedoria do TRT6. Quanto à redistribuição, alguns Tribunais preveem uma compensação proporcional da juíza que foi beneficiada pela redistribuição. Noemia pontuou que outros afastamentos podem receber o

mesmo tratamento e que a questão deveria ser sugerida como item de pauta para a comissão dos magistrados substitutos, já que a matéria transcende o gênero, a exemplo de licenças médicas mais longas de magistrados e magistradas. Patrícia sugeriu um canal de comunicação direto com a comissão. Noemia propôs a criação de aba “Anamatra Mulheres” no App para recebimento de demandas (ouvidoria). Patrícia sugeriu a criação de uma conta de e-mail, que seria compartilhada entre os membros da comissão. Aprovadas por unanimidade as ideias dos dois canais, permitindo uma fluidez da comunicação. Quanto à ementa “d”, sugeriu-se levantar esses dados para debate na tarde do evento de março. Deisimar sugeriu que formatássemos um banco de dados de livros e filmes que tratem das questões de igualdade de gênero. Noemia propôs colocar na aba própria do site, incluindo links de textos interessantes, bibliografia, eventos, galeria de fotos etc. Laura mencionou que já trabalha as cartilhas do MPT no TJC em Pernambuco. Deizimar sugeriu incluir esse tema nacionalmente no TJC. Noemia expôs que, no último encontro nacional, ficou definido o próximo tema para 2020: “Mulher, trabalho e sociedade”. Patricia sugeriu firmar parcerias com a ONU Mulheres, Ajufe Mulheres, ONGs que combatem violência contra as mulheres. Noemia mencionou que seria importante a realização de visitas institucionais para nos apresentarmos. Para a impossibilidade de visitas, seriam elaboradas cartas de apresentação, mencionando a criação da comissão e os seus objetivos. Noemia já sugeriu uma tese para o Conamat: Anamatra incluir em sua agenda a demanda para que todos os TRTs criem comitês de igualdade, com a participação de representantes das Amatras. Quanto à ementa “j”, foi a primeira vez que houve espaços de recreação em todos os espaços de disputa desportiva. Houve crítica de ausência de recreadores, tendo havido também a sugestão de contratação com pagamento pelos interessados, com valor reduzido, diante de convênio que possa ser firmado. Como última deliberação, ficou definido o encaminhamento de listagem de e-mail das Amatras da região representada por cada membro, com carta de apresentação e indicação do endereço eletrônico para encaminhamento das demandas, tudo com o apoio do setor de cadastramento.

Considerando as discussões e deliberações supra, serão acionadas as pastas e setores competentes da Anamatra para os devidos encaminhamentos. Criação de uma aba no site da Anamatra, com o link para o assunto “Anamatra Mulheres”, a fim de se tornar acessível o respectivo conteúdo aos interessados. Diretoria de Informática: a) atuação para que seja possível a identificação no Pje de gênero e raça dos magistrados/magistradas e servidores/servidoras

prolatores das decisões; b) questionário (de preferência já com o uso do App) que contemple gênero, região, cargo, status na carreira, estrutura física para o trabalho, além de ter questões abertas, que possam revelar também um sentimento dos (as) participantes; contemplar, ainda, quesito sobre condições para grávidas e lactantes; c) criar uma conta/e-mail que será um canal de comunicação direto com a comissão; d) criação de aba “Anamatra Mulheres” no App para recebimento de demandas (ouvidoria). Diretoria de Ensino e Cultura: evento a ser realizado em 19 de março, das 10 às 18 h (modelo mesa redonda no período da manhã com várias convidadas; à tarde, oficinas); as Amatras indicarão duas ou três pessoas; para a ENAMAT e CONEMATRA: autuar renovando a importância da formação continuada que aborde as questões de gênero, diversidade e isonomia. Secretaria-Geral: encaminhamento de listagem de e-mail das associadas das Amatras da cinco regiões para cada uma das respectivas representantes, a fim de que seja encaminhada carta de apresentação e indicação do endereço eletrônico para encaminhamento das demandas.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 16h. Reunião presidida por Noemia Porto e secretariada por Laura Botelho.



**Noemia Porto**  
Presidente da ANAMATRA

**Laura Botelho**  
Secretária ad hoc